

MOREIRA, Joaquim

* dep. fed. RJ 1921-1924; sen. RJ 1924-1929.

Joaquim Francisco Moreira nasceu em Vassouras (RJ) em 24 de agosto de 1853, filho de João Francisco Moreira e de Maria Madalena de Castro Moreira, em tradicional família conservadora.

Cursou o primário no Colégio Folleti, em Petrópolis (RJ), e o secundário no Colégio Aquino, na capital do Império. Em seguida, entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1876 formou-se e passou a clinicar em sua cidade natal.

Originalmente membro do Partido Conservador do Império, mais tarde filiou-se ao Partido Republicano. Sua inclinação republicana fez-se sentir ainda durante o curso de medicina, quando se destacou por sua ação nas campanhas do abolicionismo e da República. Após formar-se, continuou a tomar parte ativa nas lutas pela abolição e pela causa republicana, tendo exercido o mandato de vereador em Vassouras e chegado a presidente da Câmara Municipal. Pouco depois, desgostoso com a proeminência de políticos que aderiram à causa republicana às vésperas da mudança do regime, afastou-se da vida política.

Transferindo-se para Petrópolis, reiniciou a carreira médica. Durante essa fase, destacou-se por amparar as associações beneficentes do município, em especial o Hospital de Santa Teresa, do qual foi médico e benfeitor. Logo, porém, retornou à vida política. Com a eleição de José Tomás da Porciúncula para presidente do estado do Rio de Janeiro (1892-1894), tomou parte ativa, juntamente com Sebastião de Lacerda e Alfredo Teixeira Leite, entre outros, nas ações dos denominados republicanos históricos do estado. Por influência de Porciúncula, foi nomeado suplente de juiz federal em Petrópolis. Tornou-se por fim um chefe político de alto prestígio na região e fundou o Partido Municipal de Petrópolis.

No governo Epitácio Pessoa (1919-1922), sua proximidade com o presidente e seus anos de luta pela causa republicana lhe permitiram o ingresso no cenário da política nacional. Elegeu-se deputado federal para a legislatura 1921-1923 e passou a tomar parte ativa no processo da sucessão presidencial de 1922. Membro da situação política no nível federal, e

da oposição, no estadual, foi um ativo defensor da candidatura de Artur Bernardes à presidência da República (1922-1926), e crítico da Reação Republicana, dissidência oligárquica que lançou a candidatura presidencial de Nilo Peçanha, senador da República e chefe da situação política no estado do Rio de Janeiro.

Também em 1922, decidiu concorrer às eleições para a prefeitura de Petrópolis. Concluída a apuração, recorreu contra o resultado, que dava a vitória a Artur Alves Barbosa. Sua ação fez com que a prefeitura da cidade fosse exercida pelos presidentes da Câmara Municipal, José de Barros Franco Júnior, entre 23 de setembro de 1922 e 31 de janeiro de 1923, e, em seguida, Alcindo Sodré, que permaneceu no cargo até 7 de março, data em que Joaquim Moreira, em virtude do ganho de causa que lhe concedeu o Tribunal de Relação do Estado, tomou posse como prefeito. Tal investidura não ocorreu, no entanto, de forma natural. Durante o processo e em face da acirrada disputa política no estado do Rio, Joaquim Moreira teve que superar recursos e artifícios oposicionistas até que seu direito fosse garantido legalmente. Por último, como a Câmara Municipal negava-se a lhe dar o quórum necessário à posse, tal solenidade foi realizada perante o juiz de direito de Petrópolis.

No mesmo ano de 1922, também foram realizadas eleições para presidência do estado do Rio de Janeiro e, a exemplo do que havia ocorrido em relação às disputas federal e municipal, sobreveio uma crise política. Houve o reconhecimento de duas assembleias legislativas e de dois presidentes do estado. Um parlamento proclamou a vitória de Raul Fernandes, enquanto o outro, composto pela maioria dos deputados, declarou a vitória de Feliciano Sodré. Raul Fernandes, de quem Joaquim Moreira era partidário, garantiu-se em um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal e em forças militares postas à sua disposição e, em 31 de dezembro de 1922, assumiu a presidência do estado. Contudo, sua eleição não contava com o reconhecimento do governo do presidente Artur Bernardes, que, em 10 de janeiro de 1923, retirou a força do Exército que permanecia em Niterói. Sem o amparo das forças federais, Raul Fernandes abandonou o cargo. Na mesma data, o presidente Artur Bernardes nomeou Aurelino Leal interventor no Rio de Janeiro. Este, procurando resolver a crise político-oligárquica instaurada no estado, através do Decreto nº

1.975, de 22 de agosto de 1923, dissolveu as prefeituras e câmaras municipais, e no dia seguinte nomeou Oscar Azevedo Marques prefeito de Petrópolis, em substituição a Joaquim Moreira, que retornou então ao Congresso para concluir seu mandato.

Reeleito deputado federal para a legislatura que se iniciou em 3 de maio de 1924, Joaquim Moreira não concluiu o mandato. Primeiro, candidatou-se novamente à prefeitura de Petrópolis. Realizado em 18 de maio, o pleito deu-lhe a vitória sobre Eugênio Barcelos, mas, em virtude da morte de Nilo Peçanha, ocorrida em 31 de março daquele ano, fora aberta uma vaga de senador. Candidato único, Joaquim Moreira foi eleito em 29 de junho de 1924, e em 11 de agosto teve sua escolha reconhecida pelo Senado. No dia primeiro do mês seguinte, tomou posse como prefeito de Petrópolis e, no mesmo instante, passou o cargo para Oscar de Azevedo Marques, presidente da Câmara Municipal, alegando que não poderia acumular a prefeitura com o mandato de senador. Tal ato, porém, não representou uma total abdicação da chefia do Executivo da cidade serrana. Durante os recessos de verão do Senado, retornava à prefeitura de Petrópolis para, depois, entregá-la ao vereador credenciado. Assim, reassumiu a chefia do Executivo municipal em três períodos: de 2 de janeiro a 8 de abril de 1925, de 28 de janeiro a 30 de abril de 1926, e de 10 de janeiro a 25 de abril de 1927.

Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Saúde e, no Senado, da Comissão de Saúde Pública, Estatística e Colonização. Nas duas casas, além de ter-se dedicado a questões relativas à saúde pública, tomou posição em defesa dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, principalmente nas respostas dos presidentes às revoltas de 1922, primeira ação tenentista conhecida como Os 18 do Forte, e de 1924, quando a cidade de São Paulo foi bombardeada por aviões a mando do governo federal com o objetivo de debelar a segunda rebelião dos tenentes, iniciada em 5 de julho, data do aniversário do movimento de dois anos antes.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1929.

Casou-se com Isabel Nóbrega Moreira e teve quatro filhos.

Seu bisneto Márcio Moreira Alves, jornalista, escritor e deputado federal eleito pelo

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966, pronunciou célebre discurso em 2 de setembro de 1968, no qual conclamou a população a não participar dos festejos comemorativos da Independência do Brasil. Tal pronunciamento foi utilizado como pretexto por militares para um maior endurecimento do regime ditatorial instaurado em 1964, o que se deu através da edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, e resultou na cassação do mandato do parlamentar.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: CÂM. DEP. *Anais* (1921-1924); CÂM. MUN. PETRÓPOLIS. *História da Câmara*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/historia.html>>. Acesso em: 21/1/2011; COHEN, I. *Bomba; Globo* (29/7/1929, p. 2); *Jornal do Brasil* (29/7/1929, p. 12); *Jornal do Comércio*, RJ (29/7/1929, p. 4); LEITE NETO, L. *Catalogo*; SENADO. *Anais* (1924-1926).